

**UNIVERSIDADE SAGRADO CORAÇÃO**

**JOÃO HENRIQUE BAUTZ BISPO**

**O USO TURÍSTICO DA RPPN “RESERVA NATURAL  
OLAVO EGYDIO SETÚBAL” PARA ATENDIMENTO  
DE DEMANDAS SOCIOAMBIENTAIS**

BAURU  
2010

**JOÃO HENRIQUE BAUTZ BISPO**

**O USO TURÍSTICO DA RPPN “RESERVA NATURAL  
OLAVO EGYDIO SETÚBAL” PARA ATENDIMENTO  
DE DEMANDAS SOCIOAMBIENTAIS**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Centro de Ciências  
Sociais Aplicadas como parte dos  
requisitos para obtenção do título de  
bacharel em Turismo sob a orientação do  
Prof. Ms. Emanuel Katz.

BAURU  
2010

B6229u

Bispo, João Henrique Bautz

O uso turístico da RPPN “Reserva Natural Olavo Egydio Setúbal” para atendimento de demandas socioambientais / João Henrique Bautz Bispo -- 2010.  
50f. : il.

Orientador: Prof. Ms. Emanuel Katz.

Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Turismo) - Universidade Sagrado Coração - Bauru - SP.

1. Ecoturismo. 2. RPPN. 3. certificações. 4. FSC. 5. educação ambiental. I. Katz, Emanuel. II. Título.

**JOÃO HENRIQUE BAUTZ BISPO**

**O USO TURÍSTICO DA RPPN “RESERVA NATURAL OLAVO EGYDIO  
SETÚBAL” PARA ATENDIMENTO DE DEMANDAS  
SOCIOAMBIENTAIS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Centro de Humanas da Universidade Sagrado Coração como parte dos requisitos para obtenção do título de Bacharel em Turismo sob orientação do Prof. Ms. Emanuel Katz.

Banca Examinadora:

---

Prof. Ms. Emanuel Katz  
Universidade Sagrado Coração

---

Prof. Ms. Paulo Renato de Paula Frederico  
Universidade Sagrado Coração

---

Prof. Ms. Valéria de Almeida Oliveira  
Universidade Sagrado Coração

Bauru, 26 de Novembro de 2010.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço de forma geral, a tudo e a todos que fizeram com que este trabalho fosse possível, e que de alguma forma contribuíram para a minha formação pessoal, acadêmica e profissional.

Aos meus familiares, pela companhia durante todas as etapas.

À química Daiane Tognon da Silva, que lutou para motivar-me acima de todas as circunstâncias, além de auxiliar com muitos esclarecimentos.

Ao meu orientador, Prof. Ms. Emanuel Katz pela orientação e ensinamentos, sempre por meio de críticas construtivas.

Aos demais professores do curso pelo conhecimento transmitido, me estimulando a pensar sempre.

À equipe da Duraflora S.A., que me desafia diariamente, com novas tarefas e responsabilidades, especialmente a Gerência de Meio Ambiente, que em meio aos diversos compromissos, me norteou diversas vezes.

À todos os amigos, verdadeiros pilares nos momentos de fraqueza.

“Inspiração visite-me. Frustração evite-me. Paz me acompanhe e cobrança não irrite-me.”

Marcus Vinicius Andrade e Silva

## RESUMO

Em decorrência do intenso processo de exploração dos recursos naturais do mundo, que agora começa a dar sinais preocupantes, surge uma nova visão mundial, que intensifica a cobrança por ações responsáveis de todos os indivíduos. O setor florestal sempre foi muito cobrado quanto a transparência de suas ações, e desta forma intensificou sua preocupação em desenvolver certificações que, além de padronizar os processos utilizados, pudessem servir como garantia de manejo adequado. A Duraflora S.A., em uma de suas propriedades possui uma área registrada como Reserva Particular do Patrimônio Natural, denominada por Reserva Natural Olavo Egydio Setúbal, onde mantêm um longo histórico de pesquisas relacionadas à conservação de fauna e flora. Pensando nas cobranças realizadas pelas partes interessadas e exigências de certificações, este trabalho foi desenvolvido para verificar a viabilidade do uso desta RPPN para atendimento de demandas socioambientais. Com este fim, foi desenvolvida pesquisa bibliográfica, verificando as possibilidades de uso de unidades de conservação, investigando as cobranças que hoje são realizadas pela sociedade e as ações que já são desenvolvidas na empresa. Após concluída esta etapa, foi aplicado um questionário em uma amostra da população constituída por graduandos em Biologia, na Universidade Sagrado Coração, que objetivou verificar o que estes consideram como fator motivante para a realização de pesquisas em áreas de conservação. Os principais resultados demonstram que o setor florestal já está bem avançado quanto a Responsabilidade Social Empresarial, em função de certificações. Os questionários mostraram que os futuros profissionais da Biologia consideram mais importante a manutenção da qualidade ambiental do local, do que o oferecimento de itens de infra-estrutura de apoio e suprimentos.

**Palavras-chave:** Ecoturismo. RPPN. certificações. FSC. educação ambiental.

## **ABSTRACT**

Due to the intense exploitation of natural resources in the world, which now begins to show signs of concern, a new world view, which intensifies the charge for responsible actions of all individuals. The forest sector has always been billed as the transparency of their actions, and thus intensified its focus on developing certifications and standardize the processes used, could serve as a guarantee of adequate management. The Duraflora SA, have one of its properties in an area registered as a Private Natural Heritage Reserve, a nature reserve named Olavo Setubal Egidio where has a long history of research related to conservation of fauna and flora. Thinking about the charges made by stakeholders and certification requirements, this work was carried out to determine the feasibility of using this area to meet the demands social and environmental. To this end, we developed literature, verifying the possible use of protected areas, investigating charges that are now held by society and the actions that are already developed in the company. Upon completion of this step, a questionnaire was administered to a sample of the population consists of undergraduate biology at the University Sacred Heart, which aimed to check what they see as the motivating factor for carrying out research in conservation areas. The main results show that the forest sector is already well advanced as the Corporate Social Responsibility, on the basis of certifications. The questionnaires showed that the future professionals of the Biology consider most important to maintain the environmental quality of the site, to offering items of infrastructure support and supplies.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

|  |    |
|--|----|
| Quadro 1 - Resumo dos Princípios e Critérios do FSC Relacionados aos Aspectos Socioambientais das Empresas Florestais..... | 29 |
| Quadro 2 - Componentes do SGA (Sistema de Gestão Ambiental).....   | 30 |
| Figura 1 - Relação entre conceitos propostos pela ISO 26.000. ....   | 31 |
| Figura 2 - Valor médio da classificação das questões. ....   | 40 |
| Figura 3 - Análise da frequência dos valores associados às questões. ....  | 42 |

## LISTA DE TABELAS

|  |    |
|--|----|
| Tabela 1 - Valor médio da classificação das questões.....                | 39 |
| Tabela 2 - Análise da frequência dos valores associados às questões..... | 41 |

## SUMÁRIO

|       |   |    |
|-------|---|----|
| 1     | INTRODUÇÃO.....   | 11 |
| 2     | OBJETIVOS .....   | 12 |
| 2.1   | OBJETIVO GERAL.....                                       | 12 |
| 2.2   | OBJETIVOS ESPECÍFICOS .....                               | 12 |
| 3     | JUSTIFICATIVA.....  | 13 |
| 4     | DESENVOLVIMENTO.....                                      | 14 |
| 4.1   | CARACTERIZAÇÃO DA RESERVA NATURAL OLAVO EGYDIO SETÚBAL    | 14 |
| 4.1.1 | Localização.....  | 14 |
| 4.1.2 | Clima   | 14 |
| 4.1.3 | Relevo e solos .....                                      | 15 |
| 4.1.4 | Hidrografia.....  | 15 |
| 4.1.5 | Vegetação .....   | 15 |
| 4.1.6 | Fauna   | 16 |
| 4.2   | RESERVAS E LEGISLAÇÃO .....                               | 17 |
| 4.3   | TURISMO NA ATUALIDADE.....                                | 19 |
| 4.3.1 | Conceitos do Ecoturismo.....                              | 19 |
| 4.3.2 | Educação ambiental .....                                  | 21 |
| 4.3.3 | Trilhas ecológicas.....                                   | 22 |
| 4.3.4 | Impactos da atividade turística .....                     | 23 |
| 4.4   | EMPRESAS E O MEIO .....                                   | 25 |
| 5     | METODOLOGIA.....  | 32 |
| 6     | RESULTADOS .....  | 35 |
| 6.1   | PRÁTICAS ADOTADAS PELO SETOR FLORESTAL .....              | 35 |
| 6.2   | PRÁTICAS ADOTADAS PELA DURATEX.....                       | 37 |
| 6.3   | TABULAÇÃO DOS QUESTIONÁRIOS .....                         | 39 |
| 7     | CONCLUSÕES.....   | 44 |
|       | Apêndice A – Questionário Para Formandos em Biologia..... | 49 |
|       | Anexo A – Mapa de localização da RPPN .....               | 50 |

## 1 INTRODUÇÃO

A crescente preocupação com as questões ambientais, sejam elas motivadas pelo receio com as previsões do futuro do planeta e seus habitantes, ou somente por exigências legais, tem favorecido a criação de áreas destinadas à conservação de diferentes ecossistemas. Estas áreas podem ser de responsabilidade pública ou pertencentes a instituições privadas, como é o caso da RPPN (Reserva Particular do Patrimônio Natural) Reserva Natural Olavo Egydio Setúbal, de grande importância ecológica, que localiza-se na Fazenda Rio Claro, em Lençóis Paulista/SP, de posse da empresa Duraflora SA.

Nestes casos a melhor forma de manejo é a manutenção da RPPN como somente uma área destinada à conservação de um ecossistema, ou esta poderia ser usada como ferramenta para atendimento a demandas da sociedade? Se faz necessária a análise da questão, pois a entrada de pessoas em um ambiente natural gera impactos ao meio de diversas formas, porém este contato com a riqueza de cenários existentes nestas áreas através de atividades turísticas que sirvam tanto para o lazer como para a educação, podem ser utilizadas como complemento para a criação da consciência ambiental, que é tão difundida atualmente

Sabendo da importância da manutenção de unidades de conservação, e das necessidades que a sociedade apresenta, as empresas são cada vez mais cobradas quanto à prestação de contas sobre sua atuação. Os conceitos da Responsabilidade Social Empresarial se mostram como o caminho ideal para que as organizações sejam capazes de realizar os processos produtivos atendendo as demandas do mercado atual, mas permitindo ao ambiente condições para que este se mantenha para as gerações futuras.

Atualmente diversas são as certificações que buscam estabelecer os princípios para nortear a produção de bens e serviços. Para o setor florestal não é diferente, e as empresas que compõem este ramo de atividade já possuem um longo histórico no tratamento das cobranças socioambientais.

Conhecendo então as demandas das partes interessadas e a importância da manutenção de unidades de conservação, seria possível dar um uso responsável a tais áreas através de visitas fundamentadas nos conceitos do ecoturismo, promovendo assim o desenvolvimento socioambiental.

## **2 OBJETIVOS**

### **2.1 OBJETIVO GERAL**

- Analisar o uso turístico da RPPN Reserva Natural Olavo Egydio Setúbal, que se localiza em área rural do município de Lençóis Paulista/SP, na Fazenda Rio Claro, propriedade pertencente a empresa Duraflora SA, que atua no manejo de plantações florestais.

### **2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- Identificar possíveis prejuízos e benefícios decorrentes do contato de visitantes com o local;
- Avaliar a eficácia do uso do local para atendimento de demandas existentes nas comunidades envolvidas;
- Sugerir ações que possam ser tomadas para um melhor aproveitamento do contato.

### **3 JUSTIFICATIVA**

A importância da análise quanto ao tipo de manejo de áreas de reserva se dá, pois a entrada de pessoas em um ambiente natural recém transformado em RPPN gera impactos ao meio de diversas formas, e tendo sido assumido o compromisso legal da manutenção desta área de forma perpétua, torna-se obrigatório o desenvolvimento de estudos quanto a qualidade do local e o seu benefício para com a comunidade. O contato com a riqueza de cenários existentes nestas áreas por meio de atividades turísticas que sirvam tanto para o lazer como para a educação, pode ser utilizado como complemento para a criação da consciência ambiental, portanto faz-se necessário um estudo para que sua organização seja controlada e siga procedimentos que permitam um melhor aproveitamento da oportunidade proporcionada.

## **4 DESENVOLVIMENTO**

### **4.1 CARACTERIZAÇÃO DA RESERVA NATURAL OLAVO EGYDIO SETÚBAL**

O trabalho foi desenvolvido com informações referentes a RPPN Reserva Natural Olavo Egydio Setúbal, localizada na área rural do município de Lençóis Paulista/SP, pertencente a fazenda Rio Claro, de posse da empresa Duraflora SA, empresa florestal da Duratex, que está inserida no grupo Itaú SA. O local possui grande importância ecológica devido a suas inúmeras formas de vida catalogadas. A fazenda onde esta se localiza tem uso como área de plantio florestal, onde são cultivadas florestas de eucalipto para posterior processamento. Ao todo são 615,50 ha de mata nativa que foram convertidas em RPPN no dia 24 de abril de 2008 por meio da resolução da Secretaria do Meio Ambiente número 29/2008.

#### **4.1.1 Localização**

Sua área está dividida entre as áreas rurais dos municípios de Lençóis Paulista e Borebi (Anexo A), sendo a divisão respectivamente em uma porção de 190,85 ha e outra de 424,65 ha. A reserva está inserida na fazenda Rio Claro, sendo o principal acesso à propriedade localizado no município de Lençóis Paulista. A entrada na área só pode ser efetuada através de solicitação prévia e com orientações dos responsáveis pela unidade em questão.

#### **4.1.2 Clima**

Pela classificação de Köppen o clima na região de inserção da RPPN é do tipo Cwa; com precipitação anual média de 1.400 mm; tendo como média do mês mais quente (janeiro) 24°C; média do mês mais frio (julho) 17°C; com mínimas mais freqüentes do mês mais frio entre 5°C e 8°C; são registrados de 1 a 2 dias de geadas por ano (CARPANEZZI; KINJO; POGGIANI, 1975 apud DURATEX, 2009).

### 4.1.3 Relevo e solos

Carpanezi, Kinjo e Poggiani (1975 apud DURATEX, 2009, p. 14) afirmam que “A altitude média nas Fazendas Rio Claro e Piracema é de 670 metros, com relevo suavemente ondulado. Em relação aos solos, predomina o Latossolo Vermelho Amarelo, fase arenosa, o que contribuiu para definir a vegetação de campos e cerrados na maior parte da região”.

Os mesmos autores ainda destacam que “Na área da RPPN, ocorre o Latossolo Vermelho Escuro textura mediana, mesotrófico, com freqüentes afloramentos de basalto nas margens e nos fundos dos leitos dos cursos do Rio Claro e Córrego Água Palmeirinha.”.

### 4.1.4 Hidrografia

Conforme descrito em estudos realizados na área:

A RPPN está inserida na região hidrogeográfica do Médio Paranapanema, com seus cursos de água drenando para o Rio Pardo, que por sua vez chega ao Rio Paranapanema. A RPPN é cortada pelo Rio Claro no sentido aproximado de leste para oeste. Este rio, com larguras que variam de 4 a 10 metros e profundidades verificadas de modo expedito que variam de 50 cm a 3 metros, demarca a divisa entre as Fazendas Rio Claro e Piracema. As águas do Córrego Água Palmeirinha, que tem a nascente na Fazenda Rio Claro, e do córrego da Piracema, com nascente na Fazenda Piracema, ambos inseridos na RPPN, despejam no Rio Claro. A RPPN apresenta um conjunto de pequenas lagoas naturais formadas na época das cheias pelas águas que transbordam do Rio Claro. Pequenos açudes são mantidos no córrego Piracema e no córrego Água Palmeirinha, cuja água pode ser necessária no combate de incêndios florestais. (DURATEX, 2009, p. 14).

O conjunto de cursos de água forma exuberantes paisagens em seus percursos na propriedade, além de possuírem grande importância para determinar a manutenção da biodiversidade local.

### 4.1.5 Vegetação

Especificamente na área da RPPN, é possível verificar que predominam a mata estacional semidecídua e o cerradão, acompanhando os cursos do Rio Claro e o Córrego Água Palmeirinha. “Na medida em que se distancia desses corpos de

água a vegetação passa de mata estacional semidecídua para o cerradão e o cerrado” (CARPANEZZI; KINJO & POGGIANI, 1975 apud DURATEX, 2009, p. 11).

Em áreas próximas realizam-se atividades de cultivo de eucalipto, pinus, cana de açúcar e pastagens.

A empresa mantém um longo histórico de estudos relacionados à flora do local, sendo os mais recentes direcionados à regeneração de clareiras e os efeitos de borda observados na vegetação. Os projetos são realizados por meio de acordos e contratos com instituições e universidades, garantindo a qualidade e o rigor científico nos dados divulgados.

Ao longo de tantos estudos, hoje estão registradas mais de 100 espécies arbóreas típicas da região, sendo muitas delas de grande importância ecológica por estarem classificadas como vulneráveis ou ameaçadas em listas de grande prestígio. Para ilustrar, observam-se grande quantidade de exemplares de Cedro (*Cedrela fissili*) e Peroba-rosa (*Aspidosperma polyneuron*), espécies que no passado foram intensamente exploradas para o uso da madeira e que hoje possuem garantia de conservação no local.

#### 4.1.6 Fauna

Nos registros históricos da empresa indica-se que:

Os primeiros levantamentos da fauna silvestre realizados na área da RPPN foram conduzidos através de parceria da DURATEX com o Setor de Manejo de Fauna Silvestre da ESALQ-USP, entre 1979 e 1981, tendo como orientador o Prof. Dr. Álvaro Fernando de Almeida. Em 1984, o Prof. Dr. Jacques Viellard, através de parceria da DURATEX com o Departamento de Zoologia da UNICAMP, aplicando e desenvolvendo o método da bioacústica, dá continuidade e maior profundidade aos estudos da avifauna. (DURATEX, 2009, p. 14).

Desde então, diversos estudos relacionados à fauna foram desenvolvidos nas dependências da atual RPPN, sempre focando estes estudos como forma de demonstrar a influência da produção florestal sobre os seres vivos que naturalmente habitam a região.

Atualmente os projetos que estão em andamento utilizam como indicadores ambientais principalmente a avifauna, os anfíbios e quirópteros (morcegos), estrategicamente classes animais que são sensíveis a alterações que possam

ocorrer em seu habitat. É realizado também o monitoramento da mastofauna presente na fazenda. A lista de exemplares da fauna identificados no local contempla cerca de 400 espécies diferentes até o momento.

Tais estudos têm servido também para mostrar os benefícios dos corredores de biodiversidade implantados na fazenda desde 2001 e 2002, onde se colheu o eucalipto, e por meio da regeneração natural em 84,5 ha foram estabelecidos corredores que tem a função de reduzir o índice de fragmentação das áreas naturais, no caso unindo a RPPN, que está inserida na bacia do Rio Claro, à bacia do Rio Palmital.

O histórico dos estudos realizados pela empresa foram premiados com o primeiro lugar no concurso Benchmarking 2009, que analisa e reconhece as melhores práticas socioambientais do país (MAIS PROJETOS, 2009).

Como complemento dos trabalhos realizados pelos pesquisadores, é mantido um programa de Registro Expedido de Fauna, que considera as observações de funcionários e visitantes em áreas da empresa.

## 4.2 RESERVAS E LEGISLAÇÃO

As reservas, ou unidades de conservação são criações recentes, considerando-se o tempo de fundação das sociedades hoje existentes. Segundo Morsello (2001, p. 15), “elas surgiram com a criação dos parques nacionais e, em primeiro lugar, com o nascimento de Yellowstone nos Estados Unidos”, área que ainda hoje é tomada como referência quanto ao manejo de áreas de conservação. Ainda segundo Morsello (2001, p. 15), “no princípio, o objetivo de criação dessas áreas era o seu uso pelo público, através especialmente de lazer e turismo. Contudo, desde o início, a intenção de alguns países na instituição dessas áreas era outra”. O autor informa que “nesses casos, pretendiam usá-las como mecanismo de conservação dos recursos naturais, meta que acabou por predominar no mundo todo na razão de instituição dessas áreas”.

Guagliardi (2009, p. 12) registra que “as áreas particulares protegidas no Brasil já estavam previstas desde o Código Florestal de 1934. Chamadas de Florestas Protetoras, naquela época, essas áreas permaneciam em posse e domínio do proprietário e eram inalienáveis”.

Com relação ao processo histórico de caracterização legal destas áreas, Guagliardi (2009, p. 12) relata que:

A estratégia de promover a conservação da natureza por meio de áreas protegidas privadas ganhou corpo e importância no contexto nacional e internacional, o que exigiu um instrumento legal mais bem definido e com uma regulamentação mais detalhada. Assim, em 1990, surgiu o Decreto nº 98.914, que criou as Reservas Particulares do Patrimônio Natural – RPPN, e foi substituído pelo Decreto nº 1.922/1996.

Já considerando a legislação vigente que institui o SNUC (Sistema Nacional de Unidades de Conservação), as unidades de conservação ambiental são classificadas de diversas formas, mas para o caso específico, abordaremos apenas a denominada RPPN, que corresponde a Reserva Particular do Patrimônio Natural, caracterizada pela Lei Nº 9.985, de 18 de Julho de 2000, Capítulo III, Artigo 21, como sendo esta uma área privada, gravada com perpetuidade, com objetivo de conservar a diversidade biológica. Em seu segundo parágrafo, determina que tal unidade após registro, só poderá ser usada para fins de pesquisas científicas e visitação com objetivos turísticos, recreativos e educacionais (BRASIL, 2000).

Para uma melhor compreensão, devemos então definir quais são os aspectos que devem ser respeitados para que exista um uso sustentável da área, que dentro da mesma Lei Nº 9.985, Capítulo I, Artigo 2º, Inciso XI, é definido como a exploração do ambiente de maneira a garantir a perenidade dos recursos ambientais renováveis e dos processos ecológicos, mantendo a biodiversidade e os demais atributos ecológicos, de forma socialmente justa e economicamente viável (BRASIL, 2000).

Morsello (2001, p. 21) destaca que “atualmente, observa-se um movimento crescente de ampliação das iniciativas da sociedade civil para instituição de reservas particulares, tendência que tem sido seguida também no Brasil.” Esta mobilização é fundamental para garantir a conservação de áreas naturais, juntamente com as formas de vida que dela dependem. No caso do Estado de São Paulo, observa-se que atualmente sua cobertura vegetal natural foi reduzida para cerca de 14% de sua área total (KRONKA, 2005 apud SÃO PAULO, 2008 B). Segundo a Secretaria de Meio Ambiente do Estado (SÃO PAULO, 2008 B, p. 45) “tal panorama é resultado da crescente necessidade de aumento da produção agrícola e pecuária da última metade do século passado, em virtude da demanda populacional, que motivou a

ocupação de novas áreas florestadas, e sua transformação para o cultivo e produção agropecuária”.

### 4.3 TURISMO NA ATUALIDADE

Como definição da atividade, Cunha (1997) determina que “o Turismo compreende atividades desenvolvidas por pessoas ao longo de viagens e estadas em locais situados fora de seu enquadramento habitual por um período consecutivo que não ultrapasse um ano, para fins recreativos, de negócios e outros”.

A cada dia, o turismo assume maior importância dentro do setor econômico mundial, diversificando-se como prestação de serviços e na evolução de seus equipamentos, que juntos proporcionam um valor muito expressivo na forma do “Efeito Multiplicador” dentro de um mercado.

O Turismo é uma atividade sofisticada que movimenta bilhões de dólares por ano e atinge centenas de milhões de pessoas. Inúmeros locais transformaram-se em complexos turísticos pelas mais variadas razões: belezas naturais, núcleos históricos ou artísticos, centros comerciais, de convenções ou culturais, eventos esportivos ou ligados ao show business, grandes metrópoles ou complexos industriais, ou ainda centros turísticos artificiais como Disneyland em Los Angeles, Walt Disneyworld em Orlando ou os parques europeus como o Asterix e a Disneyland Paris (TRIGO, 2000, p. 60).

O Turismo hoje é estudado em diferentes divisões que são normalmente baseadas em sua motivação principal, sendo ela determinante para definir qual a nomenclatura da modalidade que se deseja estudar, bem como para definir o perfil do público envolvido com a sua realização.

Tem se utilizado o Turismo, por meio dos aspectos que englobam a visitação, como forma de efetuar o contato das empresas com a comunidade na qual está inserida, atendendo as políticas de transparência que hoje são mais fortemente cobradas nos setores produtivos.

#### 4.3.1 Conceitos do Ecoturismo

De acordo com o tema trabalhado, abordou-se um segmento específico do turismo, denominado Turismo Ecológico, também chamado por estudiosos como Ecoturismo. O mesmo se caracteriza por ser realizado em ambiente natural, e

obrigatoriamente, sua prática deve respeitar as limitações existentes com relação a manutenção e cuidados com o local visitado. Beni (1998) classifica o Ecoturismo como sendo a “denominação dada ao deslocamento de pessoas a espaços naturais delimitados e protegidos pelo Estado, iniciativa privada ou controlados em parceria com associações locais e ONGs”, além de mencionar que “o ecoturismo não é apenas o turismo tradicional em áreas naturais. É atividade que tem de estar indissoluvelmente ligada ao trabalho de educação ambiental.”

Alguns autores ainda o definem de forma mais rigorosa, que aborda a prática como não sendo apenas mais um dos segmentos existentes dentro do Turismo, mas sim da seguinte maneira:

Um modelo integral que tem lugar em espaços naturais, principalmente nos protegidos, e que são visitados por turistas com motivações específicas, relacionadas ao funcionamento de ecossistemas, em termos de atividades e temáticas ligadas ao aprendizado e desenvolvimento pessoal (MOLINA, 2001, p. 160).

Como o objeto central de utilização do Ecoturismo, o ambiente deve estar em condições adequadas de conservação, mas a má estruturação do turismo proporcionou e ainda proporciona danos gigantescos aos sítios naturais.

O rápido crescimento do turismo a partir dos anos 50 resultou na degradação ambiental de inúmeros recursos turísticos em todo o mundo. Os indicadores apontam um crescimento contínuo da atividade, de cerca de 4% a 5% ao ano, e, conseqüentemente, os impactos sobre o meio ambiente também se intensificam. Esse risco, reconhecido atualmente pela maioria dos governos dos países receptores de turistas, faz com que se tomem iniciativas que proporcionem tanto uma evolução dos aspectos favoráveis do turismo como a proteção ambiental (RUSCHMANN, 2003, p. 34).

É a partir desta constatação que se ressalta a importância de um correto planejamento para a execução de atividades turísticas, de modo que essas se tornem sustentáveis, para que o mesmo não acabe por destruir as características que o fizeram tomar destaque.

Dentro das possibilidades do Ecoturismo, está a realização de atividades em áreas protegidas por Lei, como unidades de conservação ambiental, de modo que tais atividades se convertam em recursos para a manutenção destas áreas, assim como a geração de empregos para a comunidade que está envolvida.

### 4.3.2 Educação ambiental

Dentro das principais características que tornam o Ecoturismo uma importante prática a ser aliada a empresas florestais, está a questão do seu uso como forma de promover ações voltadas para a Educação Ambiental, que conforme definição da UNESCO (1987 apud SÃO PAULO, 2008 A, p. 38):

É um processo permanente no qual os indivíduos e a comunidade tomam consciência do seu meio ambiente e adquirem conhecimentos, habilidades, experiências, valores e a determinação que os tornam capazes de agir, individual ou coletivamente, na busca de soluções para os problemas ambientais, presentes e futuros.

No aspecto jurídico a Educação Ambiental tem como base a Lei nº 9795, de 27 de abril de 1999, definida como sendo os:

processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (BRASIL, 1999 apud SÃO PAULO, 2008 A, p 38).

Como facilitador do processo de aprendizagem, por meio do Ecoturismo as áreas protegidas constituem-se em locais ideais para o desenvolvimento da Interpretação Ambiental, uma vez que representam verdadeiros laboratórios vivos, propiciando o aumento de conhecimento e uma experimentação direta com o meio, motivando o interesse e a integração das populações onde essas áreas estão localizadas, sendo este contato “uma forma estimulante de fazer com que as pessoas entendam o seu entorno ecológico” (SÃO PAULO, 2008 A, pág. 42).

Dentro das possibilidades encontradas para a exploração de conteúdos em visita, São Paulo (2008 A, p. 37), por meio da Secretaria do Meio Ambiente, considera que no processo “os recursos existentes, merecedores de interpretação, são levantados e avaliados”, sendo estes classificados como aspectos naturais ou culturais divididos da seguinte forma:

- Naturais: fauna, flora, relevo, solos, hidrografia, clima, ecossistemas, fenômenos ecológicos, etc.
- Culturais: história, arqueologia, economia, arquitetura, artesanato, tradições, linguagem, etc.”

### 4.3.3 Trilhas ecológicas

De uso freqüente em áreas de conservação e em atividades de Ecoturismo, “as trilhas possibilitam aos visitantes um aumento no nível de conscientização sobre o patrimônio natural ou cultural” conforme afirmação de São Paulo (2008 A, p. 50) por meio da Secretaria do Meio Ambiente, complementando que o uso das trilhas pelos visitantes “faz com que estes atribuam ao meio ambiente, um maior nível de respeito, facilitando sua conservação e contribuindo por minimizar impactos sobre bens similares em outras localidades”. Com base neste conceito, a realização de atividades de educação ambiental em trilhas interpretativas possui uma eficácia maior do que quando comparada ao processo de educação convencional adotado em salas de aula.

Quanto a origem, a principal função das trilhas sempre foi suprir a necessidade de deslocamento, seja simplesmente as que eram usadas para caça pelos povos primitivos, ou para a exploração de novos territórios no decorrer do desenvolvimento destes grupos. No entanto, pode-se verificar que ao longo dos anos houve uma alteração de valores em relação as trilhas. De simples meio de deslocamento, as trilhas surgem como novo meio de contato com a natureza, sendo novamente pontos de descoberta e encantamento para as sociedades (SÃO PAULO, 2008 A, pág. 63).

As intensas mudanças vividas pela humanidade em um curto espaço de tempo, considerando-se a criação das cidades, que provocou alterações na paisagem e na forma de vida das pessoas, hoje se sente percebe de forma mais clara a necessidade do retorno ao ambiente com características não antropizadas. É nesse momento então, que “com a crescente urbanização, aumenta a demanda por espaços naturais”, espaços estes “onde o exercício físico, combinado com o descanso mental proporcionado, por exemplo, por uma caminhada, sempre foi e continua sendo apreciado” (SÃO PAULO, 2008 A, pág. 64).

Apesar da potencialidade que possuem, o uso das trilhas depende do contexto ao qual estão aplicadas, verifica-se então que:

Em relação às experiências ambientais vivenciadas durante o percurso de uma trilha interpretativa, entendemos que ao ser considerada como um valioso subsídio para diversas atividades ludo-educativas e cooperativas, principalmente entre aquelas voltadas para a busca de melhores índices de bem-estar e programas de qualidade de vida, somente podemos valorizá-

las como educativas e vivenciais, à medida em que estejam vinculadas a uma visão ecológica onde o sentimento de ser parte seja priorizado. (SÃO PAULO, 2008 A, p. 51)

Entende-se a partir disso, que independentemente da capacidade que as trilhas têm em despertar a consciência ecológica, que se passe a visão de que a natureza não corresponde a algo isolado que devemos conservar em lugar específico, mas sim que estamos a ela integrados e que todas as nossas ações influenciam de alguma forma no ambiente.

Trilhas para quaisquer fins que tenham, necessitam de cuidados básicos em sua elaboração e manutenção, de forma que a mesma aproveite da melhor maneira possível as características naturais do local onde está instalada mas que não traga danos maiores que os benefícios que ela proporcionará durante o processo de visitação. Para SCHELAS (1986 apud SÃO PAULO, 2008 A, p. 65) “trilhas bem construídas e devidamente mantidas protegem o ambiente do impacto do uso e ainda asseguram aos visitantes maior conforto e segurança”, aspecto que deve ser primordial no cuidado dos gestores do local, “além de desempenhar papel significativo na impressão que o visitante terá sobre a área e a instituição mantenedora”, pois realmente é um ponto que desperta atenção e reflexão da parte de quem a visita.

#### **4.3.4 Impactos da atividade turística**

Assim como qualquer outra atividade humana, independente de sua natureza, no Turismo também serão gerados impactos a todo o cenário em que se der esta atividade. Considerados por Ruschmann (2003, p. 34), os impactos do turismo referem-se à gama de modificações ou seqüência de eventos provocados pelo processo de desenvolvimento turístico nas localidades receptoras. Ainda segundo a autora, as variáveis que provocam os impactos têm natureza, intensidade, direções e magnitude diversas; porém, os resultados interagem e são geralmente irreversíveis quando ocorrem no meio ambiente natural.

Ruschmann (2003) destaca que os impactos são a consequência de um processo complicado de interação entre os turistas, as comunidades e os meios receptores. Muitas vezes, tipos similares de turismo provocam impactos diferentes,

de acordo com a natureza das sociedades nas quais ocorrem. Para tanto, são necessários estudos específicos a cada situação existente.

Os impactos gerados poderão, portanto, ocorrer de formas diversas, resultando em danos ou melhorias. São eles então exemplificados da seguinte forma:

Os custos potenciais são a degradação do meio ambiente, as injustiças e instabilidades econômicas, as mudanças socioculturais negativas. Os benefícios potenciais são a geração de receita para as áreas protegidas, a criação de empregos para as pessoas que vivem próximo a essas áreas e a promoção de educação ambiental e de conscientização sobre a conservação (LASCURÁIN, 2001, p. 34).

Como dito, estes impactos podem ser benéficos ou danosos ao local que receberá o fluxo de pessoas, portanto seu planejamento, realização e controle devem ser cuidadosamente estudados para que sejam mitigados os pontos negativos e favorecidos os pontos positivos.

#### 4.4 EMPRESAS E O MEIO

Atualmente os setores produtivos enfrentam novos desafios em suas atividades. Segundo Dias (2008, p. 70) “devido ao aumento crescente da importância das questões ambientais, o planejamento estratégico das empresas não pode mais ignorá-las, como vinha fazendo”. O autor destaca que tais questões além de interferirem nos custos finais dos produtos, motivo que já seria suficiente para provocar uma mudança, os problemas decorrentes de uma má gestão ambiental podem inclusive afetar a continuidade do processo produtivo, fugindo então do conceito de sustentabilidade, que tem sido fortemente pregado como item obrigatório para o desenvolvimento.

A cobrança de ações mais responsáveis é um fenômeno relativamente recente e deve-se ao fato de que nos últimos anos abriu-se um espaço para um deslocamento de valores, em que uma certa quantidade de crescimento econômico, ou seja, a busca do progresso material, vem sendo substituída por qualidade de vida, um valor certamente bem mais complexo do que o progresso material. (FUCKS, 1992 apud DIAS, 2008).

O processo de crescimento de cobranças e movimentações ambientalistas surgiu de forma discreta, mas aumentou de proporção repentinamente.

A tomada de consciência da realidade ambiental em que se encontra o Planeta ocorreu de forma diferenciada nos vários setores da sociedade. Essa consciência levou inicialmente a medidas isoladas e a choques de interesses. Hoje, há em vários desses setores segmentos que possuem uma visão de sustentabilidade do desenvolvimento que procuram se integrar dentro de uma perspectiva holística, para melhorar a qualidade de vida global, a partir de realidades locais. (DIAS, 2008, p. 81).

Na vanguarda do movimento das empresas em busca de uma nova forma de agir, encontra-se o Instituto Ethos, que tem fortemente incentivado diversos setores pela busca Responsabilidade Social Empresarial, que é a forma de gestão que se define pela relação ética e transparente da empresa com todos os públicos com os quais ela se relaciona e pelo estabelecimento de metas empresariais que impulsionem o desenvolvimento sustentável da sociedade, preservando recursos ambientais e culturais para as gerações futuras, respeitando a diversidade e promovendo a redução das desigualdades sociais. (INSTITUTO ETHOS, 2010).

Para Medici (2007) ainda que recente, a idéia de Responsabilidade Social Empresarial se incorpora ao cotidiano das empresas da mesma forma que o surgimento de novas demandas e maior pressão por transparência nos negócios.

Atualmente, a Responsabilidade Social Empresarial está no centro das discussões das principais economias do mundo e é praticamente indissociável do conceito de desenvolvimento sustentável, pela visão do Instituto Ethos (2010), destacando que o assunto foi citado pela primeira vez em 1987, no relatório da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas, o termo é definido como o modelo de desenvolvimento que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades.

Ainda que no contexto empresarial, existe resistência por parte de gestores de algumas empresas que ainda acreditam que atuar com responsabilidade eleva os custos da produção. Porém é fundamental demonstrar que “as razões por trás desse paradigma não interessam somente ao bem-estar social, mas também envolvem melhor performance nos negócios e, conseqüentemente, maior lucratividade” (MEDICE, 2007, p. 55).

A Responsabilidade Social Empresarial vem a ser uma espécie de ferramenta para melhorar os níveis de gestão dos mais diferentes empreendimentos, uma vez que esta proporciona o diálogo e verificação de suas ações de forma ampliada e plural. Medici (2007, p. 55) explica que dentro deste conceito “o pluralismo se expressa pelo fato de que as empresas não devem satisfação somente aos seus acionistas, mas também aos seus empregados, à mídia, ao governo e aos consumidores”.

Assumir a Responsabilidade Social Empresarial exige das empresas que busquem melhores formas de gestão das demandas provenientes dos públicos relacionados com sua atuação, sempre buscando o melhor relacionamento com a comunidade, utilizando-se de conceitos da hospitalidade para um melhor atendimento, sem criar falsas expectativas e cativar tais públicos. Para o atendimento destes públicos é necessário possuir conhecimento especializado, de forma que este contato possa trazer maiores benefícios a imagem que se procura zelar.

Silva (2008) ressalta que para a realização do contato entre empresa florestal e os *stakeholders* (partes interessadas) é necessário a formação de um profissional

específico, por ele denominado como extensionista florestal, tendo em seu perfil a competência técnica e sensibilidade social pois tanto lida com outros profissionais quanto com o seu público-alvo, intermediando as melhores soluções para as demandas que venham a existir. Pela perspectiva social, entende-se por sensível “a capacidade de entender e respeitar a forma de pensar e agir do público-alvo, condição esta indispensável para o trabalho do extensionista, uma vez que é a partir dessa compreensão que se faz o planejamento de atividades” (SILVA, 2008, p. 19).

As empresas do setor florestal sempre foram muito cobradas quanto a transparência em suas ações, portanto organizações do setor desenvolveram mecanismos específicos para a verificação e certificação das formas de manejo adotadas em cada plantação. Para a manutenção deste tipo de certificação as empresas necessitam avaliar, caracteriza e atuar sobre os aspectos socioambientais relacionados à sua atividade.

Entre as principais certificações, destaca-se a certificação FSC (*Forest Stewardship Council* ou Conselho de Manejo Florestal), que atesta o manejo das plantações florestais. A Duratex foi a primeira empresa florestal do Brasil a adquirir tal certificação para as suas plantações, mostrando o alinhamento das políticas da empresa às preocupações globais.

A certificação FSC é regida por um conjunto de princípios e critérios que devem ser atendidos para que se considere o manejo satisfatório. Esta certificação utiliza seus princípios e critérios para analisar o desempenho das empresas florestais, por meio de auditorias periódicas. Ao falarmos de aspectos socioambientais, destacam-se os princípios indicados no quadro abaixo:

| Princípio          | Características   |
|--------------------|---|
| <b>Princípio 4</b> | <b>Relações Comunitárias e Direitos dos Trabalhadores</b><br>As atividades de manejo florestal devem <i>manter ou ampliar o bem estar econômico e social de longo prazo dos trabalhadores florestais e das comunidades locais.</i>  |
|                    | <b>4.1</b><br>Recomenda-se que sejam dadas às comunidades inseridas ou adjacentes à área de manejo florestal <i>oportunidades de emprego, treinamento e outros serviços.</i>  |
|                    | <b>4.4</b><br>O planejamento e a implantação de operações de manejo florestal devem incorporar os resultados de <i>avaliações de impacto social.</i> Devem ser mantidos processos de consulta com as pessoas e grupos diretamente afetados pelas operações de planejamento. |
|                    | <b>4.5</b><br><i>Devem ser adotados mecanismos apropriados para resolver queixas e providenciar compensações justas em caso de perdas ou</i>  |

|                     |   |
|---------------------|---|
|                     | danos que afetem os direitos legais ou costumários, a propriedade, os recursos, ou o meio de vida <i>das populações locais</i> . Devem ser tomadas medidas para evitar tais perdas ou danos.  |
| <b>Princípio 8</b>  | <p><b>Monitoramento e Avaliação</b><br/>O monitoramento deve ser conduzido - apropriado à escala e à intensidade do manejo florestal - para que sejam avaliados a condição da floresta, o rendimento dos produtos florestais, a cadeia de custódia, as atividades de manejo e seus <i>impactos ambientais e sociais</i>.</p> <hr/> <p>Recomenda-se que o manejo florestal inclua a <i>pesquisa e a coleta de dados necessárias para monitorar, no mínimo possível, os seguintes indicadores</i>:</p> <p>8.1</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>a) o rendimento de todos os produtos florestais colhidos.</li> <li>b) as taxas de crescimento, a regeneração e condição da floresta.</li> <li>c) <i>a composição e as mudanças observadas na fauna e flora.</i></li> <li>d) <i>os impactos ambientais e sociais da colheita e outras atividades.</i></li> <li>e) os custos, a produtividade e a eficiência do manejo florestal.</li> </ul>   |
| <b>Princípio 9</b>  | <p><b>Manutenção de Florestas de Alto Valor de Conservação</b><br/>As atividades em manejo de florestas de alto valor de conservação devem <i>manter ou ampliar os atributos que definem estas florestas</i>. Decisões relacionadas à florestas de alto valor de conservação devem sempre ser consideradas no contexto de uma abordagem precautória.</p> <hr/> <p>9.4</p> <p>O monitoramento anual deve ser conduzido para avaliar a eficácia das medidas empregadas para <i>manter ou incrementar os atributos de conservação aplicáveis</i>.</p>  |
| <b>Princípio 10</b> | <p><b>Plantações</b><br/>As plantações devem ser planejadas e manejadas de acordo com os Princípios e Critérios de 1 a 9 e o Princípio 10 e seus Critérios. Considerando que <i>as plantações podem proporcionar um leque de benefícios sociais e econômicos</i>, e contribuir para satisfazer as necessidades globais por produtos florestais, recomenda-se que elas complementem o manejo, reduzam as pressões, e <i>promovam a restauração e conservação das florestas naturais</i>.</p> <hr/> <p>10.5</p> <p>Uma proporção da área total de manejo florestal, apropriada à escala da plantação florestal e a ser determinada nos padrões regionais, deve ser manejada a fim de restaurar o local à cobertura florestal natural.</p> <hr/> <p>10.8</p> <p>Complementando os elementos definidos nos Princípios n.º. 08, 06 e 04, o monitoramento de plantações florestais, apropriado à escala e à diversidade da operação, <i>deve incluir avaliação regular quanto aos potenciais impactos sociais e ecológicos dentro ou fora da área de plantação (p.ex., a regeneração natural, os efeitos sobre os recursos hídricos e sobre a fertilidade do solo e impactos na saúde e no bem estar social locais)</i>. Recomenda-se que nenhuma espécie seja plantada em larga escala até que ensaios e experimentos a nível local tenham demonstrado que a espécie esteja ecologicamente bem adaptada à área do plantio, não sendo invasora, e não apresentando impactos ecológicos negativos significativos sobre outros ecossistemas. <i>Atenção especial será</i></p> |

*dada às questões sociais de aquisição de terra para plantações florestais, especialmente quanto à proteção de direitos locais de propriedade, de uso ou de acesso.*

**Quadro 1** - Resumo dos Princípios e Critérios do FSC Relacionados aos Aspectos Socioambientais das Empresas Florestais.

**Fonte:** FSC BRASIL, 2003. Adaptado pelo autor.

Outra certificação aplicada ao setor é o CERFLOR. Trata-se de um conjunto de normas nacionais voltadas ao cumprimento da legislação, preocupando-se com: o uso racional dos recursos florestais a médio e longo prazo; respeito a diversidade biológica nas áreas de manejo; o cuidado na utilização da água, do solo e do ar; e o desenvolvimento ambiental, econômico e social nas regiões onde há o cultivo de florestas (BVQI, 2010). Tal certificação também depende de processos de auditoria, e tem reconhecimento por meio do Sistema Brasileiro de Certificação, através do INMETRO (Instituto Nacional de Metrologia). Internacionalmente, possui reconhecimento do PEFC (*Programme for the Endorsement of Forest Certification Schemes* ou Programa para Reconhecimento dos Esquemas de Certificação Florestal).

Não específicas do setor florestal, mas muito valorizadas hoje pelo que representam, as certificações ISO tem sido adotadas pelas empresas, principalmente focando o mercado internacional. ISO significa Organização Internacional para Normalização (International Organization for Standardization) localizada em Genebra, Suíça, fundada em 1947. O propósito da ISO é desenvolver e promover normas e padrões mundiais. A ABNT é o representante brasileiro desta organização. Diretamente relacionada a questão ambiental, foi desenvolvida a norma 14.001, que com um conjunto de normas complementares, tratam do gerenciamento das atividades que têm impacto no ambiente.

Para a ISO, todos os *stakeholders* (partes interessadas), como os clientes, funcionários, acionistas, fornecedores e a sociedade têm participação no processo de proteção ambiental. Por meio do mapeamento das funções da organização, a norma promove a criação de um sistema de gestão, que identifique, analise e gerencie os impactos ambientais possíveis. Este gestão deve ser pró-ativa, e não reativa seguindo-se os princípios da norma.

Na composição do SGA (Sistema de Gestão Ambiental), a norma exige os a elaboração de uma série de componentes, indicados no quadro seguinte:

| Nº | Componente   |
|----|--|
| 1  | Uma política ambiental suportada pela Alta Administração                                       |
| 2  | Identificação dos aspectos ambientais e dos impactos significativos                            |
| 3  | Identificação de requisitos legais e outros requisitos   |
| 4  | Estabelecimento de objetivos e metas que suportem a política ambiental                         |
| 5  | Um programa de gerenciamento ambiental   |
| 6  | Definição de papéis, responsabilidades e autoridades   |
| 7  | Treinamento e conhecimento dos procedimentos   |
| 8  | Processo de comunicação do sistema de gerenciamento ambiental com todas as partes interessadas |
| 9  | Procedimentos de controle operacional  |
| 10 | Procedimentos para emergências   |
| 11 | Procedimentos para monitorar e medir as operações que tem um significativo impacto ambiental   |
| 12 | Procedimentos para corrigir não conformidade   |
| 13 | Procedimentos para gerenciamento dos registros   |
| 14 | Programa de auditorias e ação corretiva  |
| 15 | Procedimentos de revisão do sistema pela alta administração                                    |

**Quadro 2** - Componentes do SGA (Sistema de Gestão Ambiental).

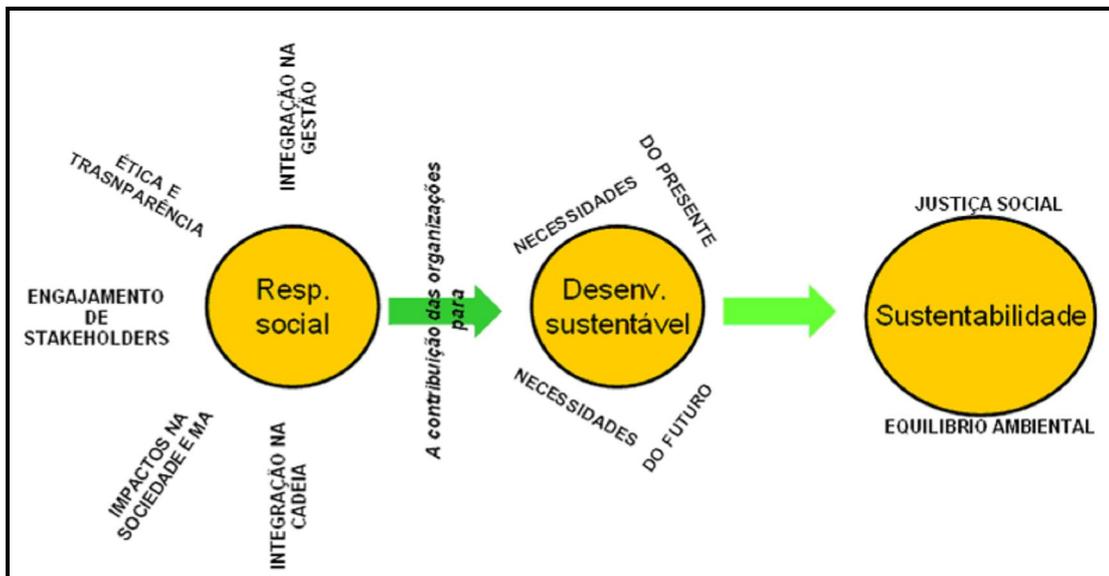
O atendimento das normas da ISO 14.001 ajuda a organização a tratar de suas operações de forma mais sistemática, melhorando então sua performance, aliada aos cuidados ao ambiente, aos empregados e a relação com seus *stakeholders*. A manutenção da certificação ISO confere a empresa uma vantagem competitiva em relação às demais, pois esta representa uma produção mais orientada com relação ao que tem sido cobrado hoje pela sociedade, além de proporcionar o melhoramento contínuo das operações, que resulta diretamente nos resultados financeiros.

Também elaborada pela ISO, a norma 26.000, que trata da responsabilidade social, vem atender a pessoas e organizações por meio da uniformização de conceitos relacionados a responsabilidade socioambiental, desenvolvimento sustentável e sustentabilidade. Esta norma, conforme avaliação do Instituto Ethos

(2010), não se limita ao contexto empresarial, pois seu escopo abrange todos os tipos de organização.

Traçando uma linha de raciocínio entre os diferentes conceitos, o Instituto Ethos (2010) descreve uma situação hipotética, onde todas as organizações se comportassem de maneira socialmente responsável, contribuindo desta maneira para o desenvolvimento sustentável, progressivamente esta sociedade caminharia em direção à sustentabilidade. Isto é, uma situação onde a organização social e a vida são compatíveis com os limites ambientais e não produz desigualdades.

Por meio deste raciocínio é possível notar que, sob a ótica da ISO 26.000, responsabilidade social, desenvolvimento sustentável e sustentabilidade são conceitos que se complementam, assim como indicado na figura abaixo:



**Figura 1** - Relação entre conceitos propostos pela ISO 26.000.

**Fonte:** ETHOS, 2010.

## 5 METODOLOGIA

A pesquisa em questão foi realizada por meio de estudo exploratório, com base em livros, publicações e sites relacionados ao assunto, conforme normas técnicas descritas por Dencker (1998). Com base nos documentos consultados, foram levantados os aspectos que se relacionam a visitação em unidades de conservação, sobre ações realizadas em educação ambiental, sobre as atuais cobranças realizadas aos setores produtivos, programas desenvolvidos por empresas florestais e suas experiências.

Também foram verificados estudos sobre diversificadas áreas do conhecimento, como biologia e engenharia florestal, que produziram dados referentes à área em questão, como forma de buscar evidências da real situação em que o local se encontra e a forma que vem sendo utilizado até o momento.

Após esta etapa, objetivando a realização de estatística indutiva, conforme indica Tiboni (2002), foi aplicado questionário qualitativo desenvolvido para a verificação da opinião da população específica de grupos de graduandos na área de Biologia, tendo sido selecionada como amostra, uma turma de alunos do 4º ano do curso de Biologia na Universidade Sagrado Coração, localizada em Bauru/SP. A escolha da amostra se deu pela facilidade em aplicar o questionário dentro da própria instituição onde se desenvolve este estudo, não deixando de apresentar grande variabilidade nos perfis, uma vez que a instituição de ensino em questão atende a estudantes de diversas cidades da região. No total foram 30 questionários respondidos.

A população determinada para a pesquisa foi selecionada com o intuito de verificar se os procedimentos hoje adotados com relação a incentivo a pesquisa proporcionados pela empresa na RPPN se mostram eficientes quanto à motivação deste público, uma vez que as principais ações hoje desenvolvidas na área estão relacionadas a atividades científicas, por meio de estudos da natureza. A avaliação deste aspecto se mostra importante, uma vez que a empresa tem como compromisso a manutenção de ações em prol da conservação ambiental, sendo este um fator determinante para o atendimento dos Princípios e Critérios do FSC, conforme demonstrado anteriormente no Quadro 1(apresentado na página 27).

Registrado no Plano de Manejo da RPPN, a Duratex (2009) se propõe a oferecer suporte operacional, disponibilizando área de acantonamento, alojamentos,

restaurante, recursos de segurança no trabalho, documentação do seu acervo e assistência de seus técnicos e administradores, e em função de casos específicos, a critério de sua Diretoria Florestal, auxílio por meio de subsídios financeiros à pesquisa.

Para elaboração do questionário qualitativo (Apêndice A) foram levantadas questões que poderiam indicar de forma prática as principais necessidades consideradas pelo grupo, fornecendo então à empresa um panorama daquilo que deverá ser encarado como destaque na motivação de pesquisadores, além de itens que poderiam ser repensados para a otimização do uso da área.

Definiu-se então um questionário de perguntas fechadas, que segundo Rea e Parker (2000), se mostra vantajoso ao considerar que o conjunto de alternativas de resposta é uniforme, portanto facilitando comparações, além de ser mais dinâmico para quem responde ao mesmo. O questionário foi desenvolvido com questões que poderiam ser relacionadas a qualquer unidade de conservação, não sendo identificada a área ou a empresa a que se referia a pesquisa para evitar possíveis alterações ou influência na indicação das respostas por parte dos alunos, que eventualmente já tenham conhecimento das práticas adotadas pela organização.

Ao todo, o questionário contou com 17 (dezesete) itens para avaliação, identificados por meio de letras em ordem alfabética de “A” a “Q”, em uma coluna em sua lateral esquerda. Na lateral direita, uma coluna em branco foi deixada para a realização da avaliação, podendo os itens ser classificados em quatro diferentes categorias em uma escala de valor, representada por números de 1 (um) a 4 (quatro) correspondendo em ordem crescente aos seguintes valores: Sem importância; Pouco importante; Importante e Muito importante.

A aplicação do questionário ocorreu no dia 10 de novembro de 2010, sendo entregues 30 cópias idênticas do questionário aos alunos, no início do horário de aula através da professora responsável pela turma. Não houve obrigatoriedade no preenchimento do mesmo, porém não houve resistência por parte de nenhum dos graduandos, tendo sido retornados 30 questionários concluídos.

Após a coleta dos questionários respondidos, realizou-se a tabulação das perguntas para a elaboração da análise e compreensão de seus resultados. A representação final destes dados se deu por meio do cálculo das razões representadas por categorias de respostas em relação ao total de questionários

aplicados, pelo cálculo das médias apresentadas para cada item e suas respectivas frequências (TIBONI, 2002).

Por fim, com base nos resultados obtidos foram elaboradas sugestões e recomendações para a complementação do uso turístico da área da RPPN “Reserva Natural Olavo Egydio Setúbal” buscando a otimização do atendimento de demandas existentes na empresa, contribuindo, portanto, para o desenvolvimento de ações que complementares às já existentes, dando maior credibilidade à política de responsabilidade socioambiental da empresa.

## 6 RESULTADOS

### 6.1 PRÁTICAS ADOTADAS PELO SETOR FLORESTAL

Diversas práticas são adotadas pelas empresas do setor florestal buscando maior integração com a comunidade, permitindo que os benefícios de sua atividade tenham retorno aos envolvidos com suas áreas de manejo, como forma de atingir as metas da Responsabilidade Social Empresarial.

Uma maneira bastante utilizada no setor para demonstrar sua forma de manejo às partes interessadas é manter uma política que torne as florestas acessíveis aos mais diversos públicos, comentado por Silva (2008). Isto ocorre normalmente por meio da realização de visitas técnicas, que são classificadas como o deslocamento planejado de pessoas para visitarem as áreas de manejo, em que o aspecto técnico de um determinado assunto será realçado. O objetivo é permitir a observação no local, mediante acompanhamento de monitores estrategicamente preparados, técnicas e práticas de interesse do público que está realizando a visita. O autor explica ainda que a potencialidade deste tipo de ação está ligada à observação *in loco* de situações reais, ou seja, que apresentem grande poder de convencimento.

Na realização de visitas técnicas, o processo não se encerra com o término da visita, pois a comunicação, quando realizada por meio das técnicas adequadas, transforma o sujeito além de receptor em agente multiplicador, que terá o poder de transmitir suas experiências e percepções para outros, ampliando assim o alcance da informação e da formação de opinião.

Em associação às visitas, podem ser desenvolvidos projetos que foquem assuntos diversos, preferencialmente aqueles que já são pontos de maior destaque no setor, tanto para enaltecer os pontos positivos, como para esclarecer assuntos que provoquem maior polêmica e questionamentos. Aqui existe a possibilidade de desenvolver atividades voltadas a educação ambiental e conscientização da importância dos produtos florestais no cotidiano das pessoas. Estas atividades devem ter a capacidade de estimular o público-alvo para adoção de práticas recomendadas ou para assimilação dos conteúdos trabalhados, cabendo ao mediador deste contato motivar os visitantes (SILVA, 2008).

Em qualquer forma de atividade ou contato que seja realizado por uma empresa com partes interessadas, Silva (2008) orienta que é necessário que exista uma relação sincera entre as partes, existindo clareza na comunicação, sempre evitando que se criem falsas expectativas.

Ainda tratando de ações desenvolvidas por empresas florestais, temos como exemplo o reconhecido projeto desenvolvido pela Klabin S.A., empresa florestal brasileira com atuação no mercado interno e externo produzindo madeira, papel e celulose. O programa é denominado como Caiubi, e tem como eixo central estimular a transversalidade da educação ambiental no ambiente escolar. Segundo Lavorato, Marcondes e Ruschel (2007) é fundamental para a manutenção desse processo o envolvimento de uma comunidade atenta, crítica e consciente da preservação de seu meio em benefício das gerações presentes e futuras. O projeto foi reconhecido dentro do Programa Benchmarking Ambiental Brasileiro, como sendo uma das melhores práticas em gestão socioambiental do país. Associado a isto, em um período de 20 anos, a empresa investiu na melhoria da infra-estrutura disponível em um Parque Ecológico que é mantido em uma de suas propriedades e desenvolveu diversas atividades relacionadas ao tema. Em 2006 o parque recebeu cerca de 33.000 visitantes.

Em referência aos projetos realizados pela Klabin S.A. existe alinhamento destas ações com a busca da sustentabilidade, que decorre das políticas da empresa e de seu comprometimento com a melhoria dos processos, desempenho ambiental e qualidade de vida dos trabalhadores e comunidades onde as atividades se desenvolvem. A demonstração destas ações contribuiu fortemente para a obtenção da certificação FSC (*Forest Stewardship Council* ou Conselho de Manejo Florestal) para as áreas da empresa.

A fim de aferir a eficiência e eficácia de suas ações de educação ambiental, Lavorato, Marcondes e Ruschel (2007) informam que, a Klabin realiza várias atividades, dentre elas: workshops, palestras, reuniões, seminários, cursos, oficinas, visitas de campo, replicação de boas práticas ambientais em unidades da empresa, análise do índice de visitas às instalações de suas fazendas, análise do índice de visitantes ao Parque Ecológico, levantamento da quantidade de matérias veiculadas na imprensa e o registro dos convites recebidos por técnicos da empresa para palestrar em eventos.

## 6.2 PRÁTICAS ADOTADAS PELA DURATEX

Orientada por sua política ambiental, a Duratex se mostra bastante contextualizada com as novas exigências do mercado e da sociedade no geral, possuindo em seu histórico, ações reconhecidas pelo benefício que proporciona à comunidade onde está inserida.

Entre suas ações, destaca-se a AVAP (Área de Vivência Ambiental Piatan), mantida pela Área Florestal no município de Agudos/SP desde 1996. Este projeto tem como objetivo contribuir para “facilitar a compreensão dos processos de produção sustentada de madeira para abastecimento das fábricas de chapas da Duratex” (DURATEX, 2010 C). Sob orientação de monitores ligados a Divisão de Meio Ambiente da empresa, no local “são desenvolvidas atividades que promovem a conscientização ambiental em relação às questões ambientais pertinentes às atividades florestais para os públicos interno e externo” (DURATEX, 2010 C), com média anual de 6500 visitantes.

Ação semelhante é realizada no CESA (Centro de Educação Socioambiental Buriti), no município de Estrela do Sul, inaugurado no dia 24 de setembro de 2010.

Ambos os projetos possuem uma estrutura física dotada de diversos recursos didático-pedagógicos como sala multimídia, centro de exposição, trilhas interpretativas em meio a vegetação nativa, filmes adaptados ao público infantil e adulto, gibis educativos e materiais de orientação para educadores. As visitas atendem ao público externo “formado por estudantes e seus professores, universitários, técnicos do setor florestal, ONGs, fornecedores, compradores, entre outros”, e ao público interno “formado por funcionários envolvidos com eventos que guardam relação com a questão ambiental” (DURATEX, 2010 C).

Por meio destes espaços abertos à comunidade perante agendamento, procura-se “esclarecer conceitos equivocados sobre as plantações florestais, apresentando as medidas técnicas destinadas à conservação do solo, água, ar e biodiversidade, visando resultados econômicos, com responsabilidade social” (DURATEX, 2010 C). Na medida em que a empresa realiza estes esclarecimentos, reduz a possibilidade de manifestações contrárias sem fundamento de múltiplos setores da comunidade.

Como formas de avaliação do contato da empresa com a comunidade, são realizados questionários que são enviados aos professores responsáveis pelas

turmas que tenham realizado visitas à empresa, juntamente com a verificação de questionamentos que surgem durante as visitas. Assim são analisados os aspectos que se mostram em maior destaque ou que necessitam de maiores esclarecimentos.

Por todo o histórico e benefícios proporcionados por meio da manutenção da AVAP, a Duratex Área Florestal foi uma das premiadas no concurso Benchmarking 2008, que analisa e reconhece as melhores práticas socioambientais do País (MAIS PROJETOS, 2010).

Paralelamente aos processos de visitas, existe um sistema de registro de DPIs (Demandas de Partes Interessadas), com dados desde 1997, que correspondem aos questionamentos e solicitações realizados por membros diversos da comunidade, por outras empresas e por setores da própria empresa. São realizadas análises periódicas DPIs, que são encaminhadas internamente de acordo com o assunto a que se referem.

No ano de 2009, do total de 280 DPIs registradas, aproximadamente 25% (66 DPIs) se referiam a solicitações de visitas técnicas ou de uso social da floresta (DURATEX, 2010 A). O encaminhamento destas solicitações é parte fundamental no tratamento das questões sociais da empresa, uma vez que dá oportunidade para a empresa mostrar o que faz e como faz.

Especificamente na área que compreende a RPPN em questão, a empresa registra em seu plano de manejo a possibilidade do uso da área para a realização de atividades, uma vez que estas “sejam tecnicamente caracterizadas como atividades de educação/sensibilização ambiental” (DURATEX, 2009, pág. 28). Com a preocupação em garantir o melhor aproveitamento durante as visitas, minimizando os impactos possíveis, a empresa determina que as atividades devem contar com a coordenação de profissionais habilitados, conduzidas em consonância com as recomendações da Conferência de Tbilisi e de acordo com a Política Nacional de Educação Ambiental do Brasil.

Seguindo então as determinações do Plano de Manejo da RPPN Reserva Natural Olavo Egydio Setúbal, são mantidos projetos de pesquisa voltados à conservação nas áreas da reserva, normalmente por pesquisadores visando a obtenção de títulos de mestrado ou doutorado em ciências relacionadas à natureza. Estes pesquisadores utilizam-se da área para a montagem de parcelas de estudos normalmente no interior da mata, tendo acesso por meio de trilhas. Buscando minimizar os impactos deste acesso, são utilizadas as trilhas que já estão instaladas

no local desde os primeiros estudos, evitando assim a abertura de novos veios na reserva.

Em ocasiões especiais, mediante solicitação, a área é disponibilizada para que professores de instituições reconhecidas pelo desenvolvimento de conhecimento científico, ministrem aulas específicas *in loco*. Para tais atividades mantêm-se uma estrutura com alojamento e instalações básicas para a permanência durante as atividades. Este ponto conhecido como Barraca da Piracema, permite aos visitantes que tenham um ambiente tranquilo e cômodo para se instalarem nas proximidades da área de estudo.

Além desta estrutura, na entrada da principal trilha da RPPN Reserva Natural Olavo Egydio Setúbal encontra-se uma instalação composta de um quiosque, sanitários e uma torre com função de observatório, que também servem de apoio aos indivíduos que estejam em visita no local.

Completando os públicos que tem acesso a área, na Barraca da Piracema, quando não estão sendo desenvolvidas atividades de estudos, fica permitido o uso por funcionários, que são selecionados mediante inscrição e sorteio mensal. Desta forma, funcionários e seus familiares podem ter contato com o local.

### 6.3 TABULAÇÃO DOS QUESTIONÁRIOS

Tomando por base as repostas dos questionários aplicados conforme descrito na metodologia, foi realizada a compilação dos dados para uma melhor análise dos resultados proporcionados por eles.

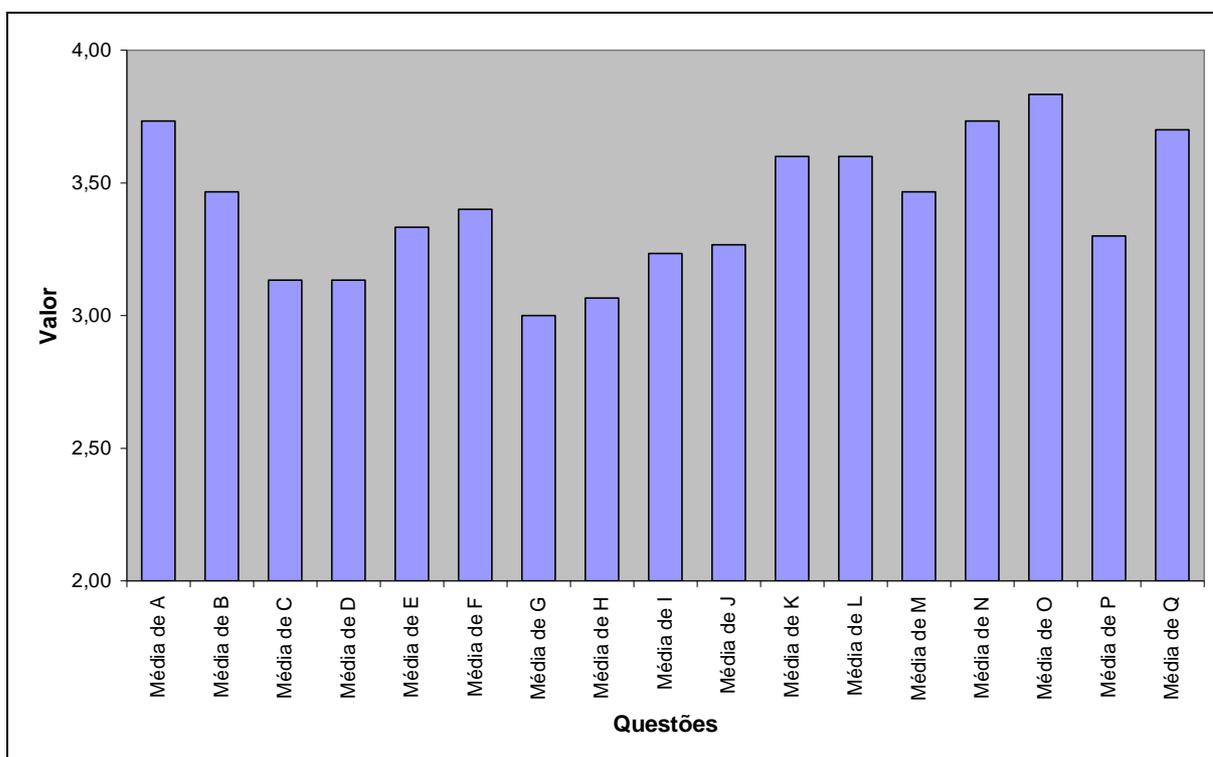
Na Tabela 1, podemos verificar a média obtida pelos 30 questionários para cada questão indicada. Sendo a escala de valor estabelecida por números de 1 a 4, verificou-se que a média de todas as questões teve resultado maior ou igual a 3, com média total igual a 3,41, que representa qualitativamente entre as categorias “Importante” e “muito importante”.

**Tabela 1** - Valor médio da classificação das questões.

| Questão    | Valor |
|------------|-------|
| Média de A | 3,73  |
| Média de B | 3,47  |
| Média de C | 3,13  |
| Média de D | 3,13  |

|                    |             |
|--------------------|-------------|
| Média de E         | 3,33        |
| Média de F         | 3,40        |
| Média de G         | 3,00        |
| Média de H         | 3,07        |
| Média de I         | 3,23        |
| Média de J         | 3,27        |
| Média de K         | 3,60        |
| Média de L         | 3,60        |
| Média de M         | 3,47        |
| Média de N         | 3,73        |
| Média de O         | 3,83        |
| Média de P         | 3,30        |
| Média de Q         | 3,70        |
| <b>Média Total</b> | <b>3,41</b> |

Através do elemento gráfico abaixo, é possível verificar com maior clareza os valores médios que foram obtidos.



**Figura 2** - Valor médio da classificação das questões.

**Fonte:** Elaborada pelo autor.

Fica evidenciado que o item que apresentou a menor classificação foi a “Questão G”, que se refere a “Disponibilidade de transporte”, sendo então este item caracterizado como de menor importância frente aos demais abordados. Ainda assim, se faz necessário frisar que o valor que foi determinado a esse item corresponde a 3, portanto ainda que seja a questão com a menor classificação, seu valor corresponde a categoria “Importante”. Na respectiva ordem, aparecem as

questões “H”, “C” e “D”, com valores inferiores a 3,15. A “Questão H” corresponde a “Facilidade de acesso”, a “Questão C” corresponde a “Estrutura para pernoite/acampamento” e a “Questão D” corresponde a “Fornecimento de alimentação/suprimentos”.

Verificando os itens que tiveram a média de avaliação mais alta, destaca-se a “Questão O”, referente a “Proteção contra incêndios, caça, pesca e extrativismo ilegal”, que atingiu valor igual a 3,83, muito próximo ao valor máximo possível, sendo então considerada pelo universo estudado como sendo “Muito importante”. Também tiveram classificação alta os itens “A”, “N” e “Q”, que correspondem respectivamente a “Área de conservação protegida como AAVC (RPPN ou outras)”, “Divulgação do projeto em congressos e concursos” e “Segurança do pesquisador (EPIs e instruções técnicas)”.

Na tabela a seguir, as respostas foram organizadas em colunas pelos valores de classificação disponíveis no questionário, possibilitando a identificação das freqüências absolutas e relativas apresentadas em cada questão aplicada.

**Tabela 2 - Análise da freqüência dos valores associados às questões.**

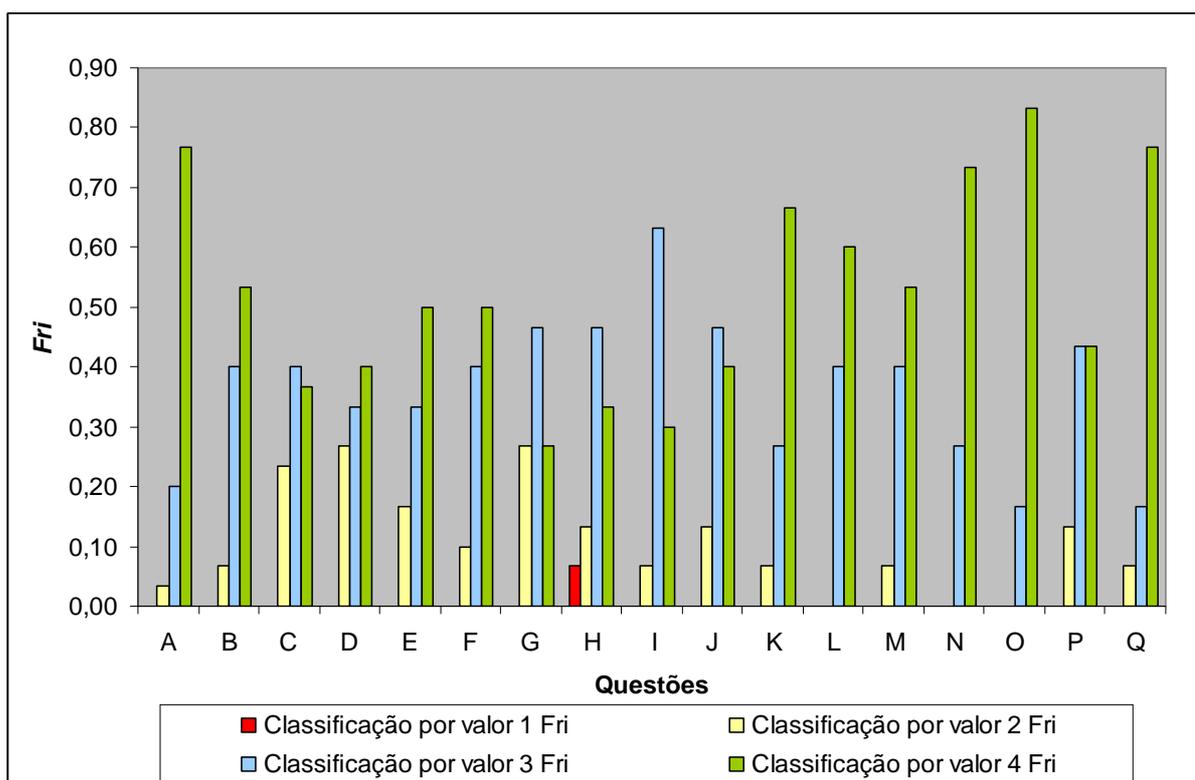
| Questão  | Classificação por valor |            |           |            |           |            |           |            |
|----------|-------------------------|------------|-----------|------------|-----------|------------|-----------|------------|
|          | 1                       |            | 2         |            | 3         |            | 4         |            |
|          | <i>Fi</i>               | <i>Fri</i> | <i>Fi</i> | <i>Fri</i> | <i>Fi</i> | <i>Fri</i> | <i>Fi</i> | <i>Fri</i> |
| <b>A</b> | 0                       | 0,00       | 1         | 0,03       | 6         | 0,20       | 23        | 0,77       |
| <b>B</b> | 0                       | 0,00       | 2         | 0,07       | 12        | 0,40       | 16        | 0,53       |
| <b>C</b> | 0                       | 0,00       | 7         | 0,23       | 12        | 0,40       | 11        | 0,37       |
| <b>D</b> | 0                       | 0,00       | 8         | 0,27       | 10        | 0,33       | 12        | 0,40       |
| <b>E</b> | 0                       | 0,00       | 5         | 0,17       | 10        | 0,33       | 15        | 0,50       |
| <b>F</b> | 0                       | 0,00       | 3         | 0,10       | 12        | 0,40       | 15        | 0,50       |
| <b>G</b> | 0                       | 0,00       | 8         | 0,27       | 14        | 0,47       | 8         | 0,27       |
| <b>H</b> | 2                       | 0,07       | 4         | 0,13       | 14        | 0,47       | 10        | 0,33       |
| <b>I</b> | 0                       | 0,00       | 2         | 0,07       | 19        | 0,63       | 9         | 0,30       |
| <b>J</b> | 0                       | 0,00       | 4         | 0,13       | 14        | 0,47       | 12        | 0,40       |
| <b>K</b> | 0                       | 0,00       | 2         | 0,07       | 8         | 0,27       | 20        | 0,67       |
| <b>L</b> | 0                       | 0,00       | 0         | 0,00       | 12        | 0,40       | 18        | 0,60       |
| <b>M</b> | 0                       | 0,00       | 2         | 0,07       | 12        | 0,40       | 16        | 0,53       |
| <b>N</b> | 0                       | 0,00       | 0         | 0,00       | 8         | 0,27       | 22        | 0,73       |
| <b>O</b> | 0                       | 0,00       | 0         | 0,00       | 5         | 0,17       | 25        | 0,83       |
| <b>P</b> | 0                       | 0,00       | 4         | 0,13       | 13        | 0,43       | 13        | 0,43       |

|          |   |      |   |      |   |      |    |      |
|----------|---|------|---|------|---|------|----|------|
| <b>Q</b> | 0 | 0,00 | 2 | 0,07 | 5 | 0,17 | 23 | 0,77 |
|----------|---|------|---|------|---|------|----|------|

*Fi*: Frequência simples ou absoluta

*Fri*: Frequência relativa

Para facilitar a visualização dos dados obtidos foi elaborado o gráfico abaixo, que indica as freqüência de respostas de diferentes valores, aqui indicados por colunas de diferentes cores.



**Figura 3** - Análise da frequência dos valores associados às questões.

**Fonte:** Elaborado pelo autor.

Conforme demonstrado acima, 11 das 17 questões foram classificadas como 4, o nível máximo de valoração nesta aplicação. Assim como o apresentado no gráfico das médias, a “Questão O” obteve a maior valorização, tendo sido indicada com “Muito importante” pela maioria expressiva da amostra, atingido a freqüência relativa de 0,87, que corresponde ao total de 87% das avaliações realizadas.

Também como já notado nas tabulações anteriores, a “Questão G” foi a que obteve a menor classificação entre as opções fornecidas, porém a única a receber a classificação de valor 1, “Sem importância” foi a “Questão H”, que trata da “Facilidade de acesso”. Ainda assim, a frequência relativa de avaliações no valor 1

foi de apenas 0,07, que corresponde a 7% das respostas fornecidas para a “Questão H”.

Analisando então o valor médio obtido pela aplicação do questionário, e identificando os itens que apresentaram as menores e as maiores médias, subentende-se que os graduandos da área de biologia aqui questionados demonstram maior interesse e valorizam mais o reconhecimento da área como AAVC (Área de Alto Valor para Conservação) onde será desenvolvido o estudo, os cuidados que são adotados para a manutenção da área e para sua própria proteção, juntamente com a divulgação do projeto em eventos, do que a valorização da oferta de itens de infra-estrutura, como transporte, estrutura para pernoite ou acampamento e fornecimento de suprimentos.

A análise acima informada se confirma ao compararmos os resultados organizados quanto a frequência relativa apresentada entre as respostas, que demonstrou o alto número de indicações de itens como sendo “Muito importantes” para a motivação de pesquisas em áreas de conservação de flora e fauna.

## 7 CONCLUSÕES

Por meio do desenvolvimento da pesquisa, fica evidenciada a grande cobrança que hoje é exercida por diversos setores da sociedade, que hoje se encontra em estado de alerta, devido a preocupação com o destino incerto dos recursos do planeta.

Estas demandas sempre incidiram fortemente na atividade florestal, que então utilizou-se dos processos de certificação para demonstrar que suas práticas podem agregar diversos benefícios às suas áreas de manejo, não somente o retorno financeiro.

Como forma de atender então às expectativas da sociedade, a manutenção de áreas de conservação tem sido adotada por diversas empresas, que podem assim assumir o compromisso de manter de forma perpetua estas áreas com a finalidade de servirem de proteção a natureza.

A Duraflora, por meio da Reserva Natural Olavo Egydio Setúbal, demonstra a sua preocupação com a manutenção dos recursos naturais. Entretanto, adotando-se as políticas da Responsabilidade Social Empresarial, cada vez mais cobrada inclusive nos processos de certificação das florestas, não basta simplesmente conservar a área, mas sim utilizá-la de modo a gerar benefícios diversos ao local e a todas as partes envolvidas.

É por este conceito que se procura então realizar uma política de inserção de setores da sociedade nas áreas da empresa. Esta é uma ferramenta importante para o esclarecimento de eventuais questionamentos que venham a surgir sobre o manejo das florestas.

A RPPN Reserva Natural Olavo Egydio Setúbal, sendo uma área de alto valor para a conservação deverá ser resguardada do uso massificado da visitação. Da forma que hoje é utilizada proporciona maior quantidade de benefícios do que impactos negativos, pois servirá para o desenvolvimento científico, interpretação e educação ambiental.

Com relação aos eventos realizados na RPPN em questão, propomos o desenvolvimento de um calendário, que permita a programação de todas as ações que serão desenvolvidas. Esta programação definida tem forte poder de

demonstração das práticas socioambientais que a empresa adota, item fundamental nos processos de certificação.

Quanto ao verificado por meio da aplicação do questionário, os itens que hoje são disponibilizados aos pesquisadores foram classificados de forma geral como importantes, destacando-se a maior preocupação dos mesmos com a garantia da proteção da área do que com o suporte em infra-estrutura e suprimentos.

A partir do exposto concluímos que o uso turístico científico da RPPN Reserva Natural Olavo Egydio Setúbal é uma atividade de grande relevância no atendimento de demandas socioambientais, devendo, sob o ponto de vista verificado, ser mantido e otimizado, justificando tanto sua instalação e operação, quanto o desenvolvimento deste estudo.

## REFERÊNCIAS

- ABBTUR - Associação Brasileira de Bacharéis em Turismo. **Quem é o bacharel em turismo** <<http://www.abbtur.org.br/bacharel.htm>>. Acesso em 12/11/2010.
- BARRETTO, M; TAMANINI, E. (Org.). **Redescobrimo a ecologia no turismo**. Caxias do Sul/RS: EDUCS, 2002.
- BENI, M. C. **Análise Estrutural do Turismo**. 2. ed. São Paulo: SENAC, 1998.
- BRASIL. Lei nº. 9.985, de 18 de Julho de 2000. Trata da regulamentação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação. **Presidência da República – Casa Civil**, Brasília, DF, 2000. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9985.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9985.htm)>. Acesso em: 12 ago. 2010.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Temas conflituosos relacionados à expansão da base florestal plantada e definição de estratégias para a minimização dos conflitos identificados**. Brasília, DF: MMA, 2005.
- BVQI. CERFLOR: certificação de florestas. **Bvqi.com.br**, 2010 . Disponível em: <<http://www.bvqi.com.br/arquivos/servicos/cerflor.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2010.
- CAMARGO, T. L. **Ecoturismo e educação ambiental**: trilhando caminhos para o desenvolvimento sustentável. 2003. 87 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Turismo) – Universidade Sagrado Coração, Bauru, SP.
- CASCINO, F. **Educação ambiental**: princípios, história, formação de professores. São Paulo: SENAC, 1999.
- CUNHA, L. **Economia e política do Turismo**. Lisboa: McGRAW-HILL, 1997.
- DENCKER, A. F. M. **Métodos e técnicas de pesquisa em turismo**. 2. ed. São Paulo: Futura, 1998.
- DENCKER, A.de F. M.; DA VIA, S. C. **Pesquisa empírica em ciências humanas (com ênfase em comunicação)**. São Paulo: Futura, 2001.
- DIAS, R. **Gestão Ambiental**: responsabilidade social e sustentabilidade. São Paulo: Atlas, 2008.
- DURATEX. **Demanda de Parte Interessada**: Relatório anual 2009. Agudos, SP: [s.n], 2010 A.
- DURATEX, **Cuidados ambientais e em segurança do trabalho**. Agudos, SP: [s.n], 2010 B.
- DURATEX. **Plano de Manejo Florestal**: Diretrizes da Duratex para o atendimento dos Princípios e Critérios do FSC – Forest Stewardship Council, Agudos, SP: [s.n], 2010 C.

DURATEX. **Plano de Manejo da Reserva Particular do Patrimônio Natural Estadual “Reserva Natural Olavo Egydio Setúbal”**, Lençóis Paulista, SP: [s.n], 2009.

FSC BRASIL, Conselho brasileiro de manejo florestal, **Os 10 princípios e critérios**. São Paulo, 2003. Disponível em: <<http://www.fsc.org.br/index.cfm?fuseaction=conteudo&IDsecao=172>>. Acesso em: 15 out. 2010.

GUAGLIARDI, R. (Org.). **O panorama atual das RPPN federais e dos estados do Rio de Janeiro, Bahia, Minas Gerais e São Paulo**. Salvador: Conservação Internacional-Brasil/Fundação S.O.S. Mata Atlântica/The Nature Conservancy, 2009.

INSTITUTO ETHOS, **Ethos.org.br**, 2010. Disponível em: <<http://www1.ethos.org.br/EthosWeb/Default.aspx>>. Acesso em: 28 set. 2010.

LASCURÁIN, H. C. O ecoturismo como um fenômeno mundial. In: LINDBERG, K.; HAWKINS D. E. (Ed.). **Ecoturismo: um guia para planejamento e gestão**. 3. ed. São Paulo: SENAC, 2001. p. 23-29.

LAVORATO, M. L. de A.; MARCONDES, A. W.; RUSCHEL, R. R. **BenchMais: as 85 melhores práticas em gestão socioambiental do Brasil**. 1. ed. São Paulo: Mais Projetos; Instituto Envolverde; Cotia: Ruschel e Associados Marketing Ecológico, 2007.

LIMA, W. P. **A silvicultura e a água: ciências, dogmas, desafios**. Rio de Janeiro: Instituto BioAtlântica, 2010.

MAIS PROJETOS, **Dia Benchmarking: compartilhar para crescer – Edição 2008**. Revista, São Paulo, n. 1, p. 14, 2008. Disponível em: <<http://www.maisprojetos.com.br/benchbrasil/revista/revista-ed1/>>. Acesso em: 11 out. 2010.

MAIS PROJETOS, **Dia Benchmarking: compartilhar para crescer – Edição 2009**. Revista, São Paulo, n. 4, p. 12, 2009. Disponível em: <<http://www.maisprojetos.com.br/benchbrasil/revista/revista-ed4/>>. Acesso em: 11 out. 2010.

MEDICI, A. C. O desenvolvimento sustentável, as tecnologias ambientais e a construção do futuro – I. In: LAVORATO, M. L. de A.; MARCONDES, A. W.; RUSCHEL, R. R. **BenchMais: as 85 melhores práticas em gestão socioambiental do Brasil**. 1. ed. São Paulo: Mais Projetos; Instituto Envolverde; Cotia: Ruschel e Associados Marketing Ecológico, 2007.

MOLINA, E. S. **Turismo e Ecologia**. Bauru: EDUSC, 2001.

MORSELLO, C. **Áreas protegidas públicas e privadas: seleção e manejo**. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2001.

REA, L. M.; PARKER, R. A. **Metodologia de pesquisa**: do planejamento à execução. São Paulo: Pioneira, 2000.

RUSCHMANN, D. M. **Turismo e planejamento sustentável**: a proteção do meio ambiente. 10. ed. Campinas, SP: Papirus, 2003.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria do Meio Ambiente. **Gestão de Unidades de Conservação e Educação Ambiental**. São Paulo: SMA, 2008 A.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria do Meio Ambiente. **Recuperação florestal**: um olhar social. São Paulo: SMA, 2008 B.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria do Meio Ambiente. **Unidades de conservação da natureza**. São Paulo: SMA, 2009.

SILVA, E. **Fundamentos de comunicação e extensão florestal**. Viçosa, MG: Suprema, 2008.

PINTO, A. C. B. **Turismo e meio ambiente**: aspectos jurídicos. Campinas, SP: Papirus, 1998.

TIBONI, C. G. R. **Estatística básica para o curso de turismo**. São Paulo: Atlas, 2002.

TRIGO, L. G. G. **Turismo e Qualidade**: tendências contemporâneas. 6. ed. Campinas, SP: Papirus, 2000.

## Apêndice A – Questionário Para Formandos em Biologia

### Questionário

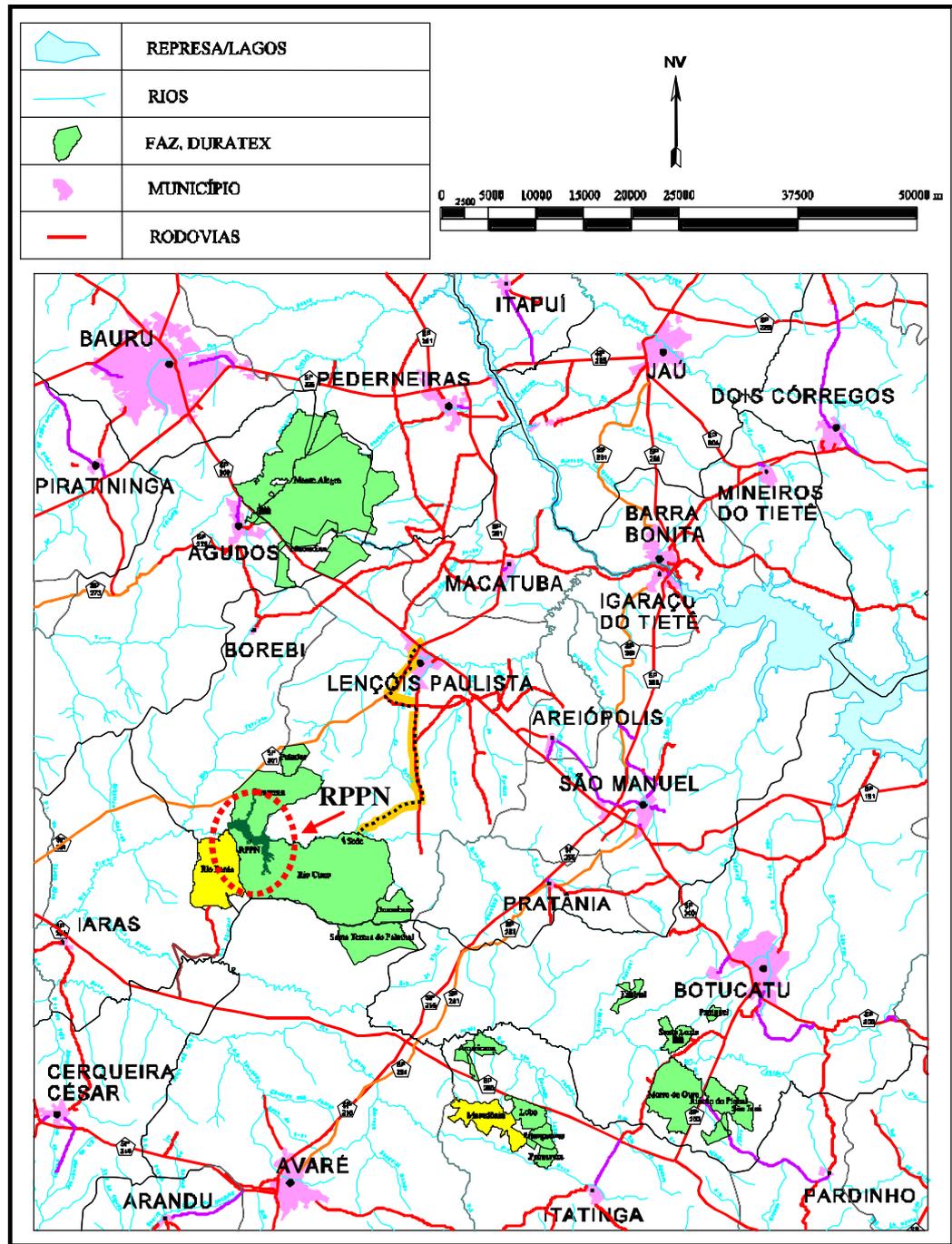
Pedimos a sua contribuição respondendo ao presente questionário, que está sendo aplicado para elaboração de trabalho de conclusão do curso de Bacharelado em Turismo, pela Universidade do Sagrado Coração.

Indique abaixo, qual o grau de importância dos seguintes itens para a motivação de pesquisas em áreas de conservação de flora e fauna, sendo:

| Valor |                  |
|-------|------------------|
| 1     | Sem importância  |
| 2     | Pouco importante |
| 3     | Importante       |
| 4     | Muito importante |

| Item avaliado  | Valor                |
|--|----------------------|
| <b>A</b> Área de conservação protegida como AAVC (RPPN ou outras)      | <input type="text"/> |
| <b>B</b> Facilidade de autorização para acesso à área de estudo        | <input type="text"/> |
| <b>C</b> Estrutura para pernoite/acampamento                           | <input type="text"/> |
| <b>D</b> Fornecimento de alimentação/suprimentos                       | <input type="text"/> |
| <b>E</b> Fornecimento de equipamentos técnicos                         | <input type="text"/> |
| <b>F</b> Disponibilidade de documentos para consulta                   | <input type="text"/> |
| <b>G</b> Disponibilidade de transporte                                 | <input type="text"/> |
| <b>H</b> Facilidade de acesso  | <input type="text"/> |
| <b>I</b> Disponibilidade de mão de obra de apoio ao trabalho de campo  | <input type="text"/> |
| <b>J</b> Liberdade de tema/conteúdo                                    | <input type="text"/> |
| <b>K</b> Apoio técnico/orientações dos gestores da área de conservação | <input type="text"/> |
| <b>L</b> Apoio financeiro ao projeto                                   | <input type="text"/> |
| <b>M</b> Reconhecimento dos gestores da área de conservação            | <input type="text"/> |
| <b>N</b> Divulgação do projeto em congressos e concursos               | <input type="text"/> |
| <b>O</b> Proteção contra incêndios, caça, pesca e extrativismo ilegal  | <input type="text"/> |
| <b>P</b> Facilidades de comunicação (rádio e telefone)                 | <input type="text"/> |
| <b>Q</b> Segurança do pesquisador (EPIs e instruções técnicas)         | <input type="text"/> |

## Anexo A – Mapa de localização da RPPN



Fonte: Duratex, 2010 C.